

## OS ESCRAVOS DA FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO: UM ESTUDO PRELIMINAR

*Maximiliano Mac Menz<sup>1</sup>*

Nas duas últimas décadas, a escravidão tem ocupado um amplo espaço no debate historiográfico nacional. Nada mais natural, afinal, além de sua importância óbvia na formação da nacionalidade brasileira, faz apenas quinze anos que se comemorou o centenário de sua abolição. Há, portanto, uma extensa bibliografia sobre o tema que vem abordando a “instituição peculiar” de diferentes maneiras; um sem número de fontes tem sido levantado e, *last but not least*, vêm crescendo os debates teóricos sobre o problema.<sup>2</sup>

Neste sentido, estudos de caso, se cotejados com a discussão historiográfica mais geral, podem ampliar o debate e contribuir para a definição do *status* da escravidão. Nossa proposta com o presente artigo é de esmiuçar a história de uma empresa escravista – A Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFC) – que, por uma série de razões, possui uma história peculiar; merecendo, portanto, ser estudada nos quadros do escravismo colonial.

---

<sup>1</sup> Mestre em História da América Latina pela UNISINOS, doutorando em História Econômica pela USP.

<sup>2</sup> Para um bom resumo da historiografia sobre a escravidão, cf. SCHWARTZ, 2001, p. 21-88. Para uma visão mais pessimista das últimas interpretações historiográficas, cf. GORENDER, 1990.

Qualquer trabalho historiográfico subentende uma *visão de História* sobre a qual, necessariamente, repousam as pretensões de cientificidade. Em nosso caso particular, consideramos que as *lutas de classes*, num sentido amplo, modelam contraditoriamente as sociedades e instituições, potencializando as rupturas radicais. Lutas de classes significam conflito, mas também negociação. Nos regimes escravocratas, por trás do “(...) *absolutismo da categoria jurídica da escravidão* (...)” (BLACKBURN, 2002, p. 35) escondia-se toda uma sorte de condições que dependiam em grande parte da sabedoria do escravo em negociar ou resistir aos caprichos e sanhas dos senhores e capatazes. É neste sentido que apresentamos o artigo, como um estudo da RFC através da luta dos seus escravos.

\*\*\*

No último quarto do século XVIII, Portugal enfrentava uma série de problemas que diziam respeito à própria sobrevivência do Império Colonial. Quase três décadas haviam se passado desde o fim do “Reinado de Ouro” de Dom João V, as Minas secavam e o Reino orbitava na tutela inglesa. As reformas pombalinas durante Dom José I, devedoras de um “mercantilismo ilustrado”, fizeram alguns progressos, mas não conseguiram inverter de todo o sentido do comércio que sangrava as reservas metálicas lusitanas. Com a queda de Pombal, sob D. Maria I, ascendeu uma nova geração de “estrangeirados” que aprofundou as reformas no Império. Em poucas palavras, podemos resumir a política econômica de Martinho de Mello e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho na modernização e esforço manufatureiro da Metrópole, sustentados pela diversificação da produção agrícola e pelo fortalecimento dos cultivos tradicionais de sua maior colônia, o Brasil.

É pela diversificação de cultivos que o cânhamo será produzido para fins comerciais no Brasil. Planta de origem asiática, era produzida com sucesso na Espanha, França e Rússia;

quando beneficiada se transforma em linho para tecidos e cordas. No Vice-reinado do Marquês do Lavradio fizeram-se as primeiras experiências com pequenas sementeiras no Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande (LAVRADIO, In: RIGHB 16, 1843, p. 473 e 480). Contudo, somente com a sucessão de Luiz de Vasconcellos Souza que as experiências iniciais com a planta deram lugar à formação da RFC no Rio Grande. Assim, em 10 de outubro de 1783, no distrito de Canguçu da Freguesia de Rio Grande, extremo-sul da América Portuguesa, instalou-se a Feitoria; era o seu Primeiro Inspetor, o Pe. Francisco Xavier Prates, ajudado na administração por um Segundo Inspetor, quatro feitores, um almoxarife e escriturário, um capelão e um cirurgião, todos recebendo salários pela Real Fazenda. Para o trabalho foram enviados 20 casais de escravos pertencentes à Fazenda Real de Santa Cruz, no Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Os esforços deveriam ser concentrados no plantio, pois “[...] *de nenhum modo se devem formar fábricas de cordoaria ou de qualquer outro tecido e apenas se poderão fazer algumas experiências [...]*”<sup>4</sup> numa clara alusão à divisão “colonial” do trabalho.

Luiz de Vasconcellos, em seu já citado ofício ao Primeiro Inspetor, define os contornos gerais da organização interna do trabalho da Feitoria:

[...] procurará Vossa Mce. dirigir os trabalhos da Feitoria com uma distribuição proporcionada aos seus diferentes serviços. Estes dependem de sua inalterável disposição, regulada tanto para a lavoura principal do cânhamo que deve fazer o fundo do rendimento externo da mesma Feitoria, como dos mantimentos que se consomem com a subsistência de todos os indivíduos que devem ser a outra parte do seu rendimento interno,

---

<sup>3</sup> AHRS, RFC, M – único, Relatório do Inspetor, 20/02/1798. “[...] *tomei o expediente de mandar quarenta escravos de S.M. que vão também em sua companhia quatro soldados da Europa que tem boa experiência em semelhantes trabalhos para os feitorizar e ensinar-lhes esta lavoura [...]*” (AHRS, RFC, M – único, Cópias de ofícios do Vice-rei, 27/07/1783).

<sup>4</sup> AHRS, RFC, M – único, Cópias de ofícios do Vice-rei, 27/07/1783.

poupando-se e evitando-se deste modo as despesas que a Fazenda Real precisamente deve fazer [...]<sup>5</sup>

A economia da RFC deveria ser dividida em dois *rendimentos*: um externo, pela plantação do cânhamo que se realizaria pelo mercado; outro interno, pelos cultivos de subsistência dos próprios escravos que deveria ser a base da sobrevivência do estabelecimento. Curiosamente, Luiz de Vasconcellos sublinhou um aspecto que é considerado pelos historiadores como de fundamental importância para a economia escravista da era moderna: a divisão entre o mercado e uma retaguarda “natural”. Os senhores podiam diminuir os custos pelo uso de seus escravos no abastecimento dos produtos de subsistência e nas obras de infraestrutura o que colocava parte da reprodução da *plantation* fora do mercado. Ademais, no tempo morto da plantação ou nas conjunturas de fechamento do mercado atlântico, a economia “natural” poderia tomar o lugar do cultivo principal e fornecer produtos agrícolas aos mercados locais. Com alguma sorte, os escravos poderiam controlar o setor de subsistência da fazenda, chegando mesmo a vender o excedente de suas fainas<sup>6</sup>. (cf. BLACKBURN, 1997, pp. 341-342, GORENDER, 1980, pp.241-267, SCHWARTZ, 2001, pp. 105-107 e CARDOSO, 1987, pp. 58-59 e 104-105).

Ficava estabelecido, portanto, que deveria haver uma “*distribuição proporcionada dos diferentes serviços*”, ou seja, um feitor para cada turma de dez escravos. Aos escravos era determinada uma “[...] *doutrina e ensino regular, com a qual se hajão [sic] de costumar [...]*”, e ficava completamente proibida a venda dos produtos da economia “natural” por “[...]”

---

<sup>5</sup> ID.

<sup>6</sup> Há que se considerar ainda que os cultivos de subsistência dos escravos, a “brecha camponesa” como preferem alguns autores, servia para fortalecer o vínculo dos escravos com sua fazenda. Do ponto de vista do senhor, servia para reforçar a dominação escravista.

*serem indispensáveis para o sustento, evitando-se também com esta proibição o pouco adiantamento que pode ter a lavoura de cânhamo sendo os trabalhos aplicados a esta qualidade de comércio.”*<sup>7</sup> Infere-se disso que o projeto era estabelecer uma disciplina típica do regime de *plantation*.

No entanto, tão iluminadas instruções falhavam em um ponto básico. Ao nomear para feitores do estabelecimento soldados formados na Europa, com algum conhecimento no cultivo do cânhamo, Luiz de Vasconcellos acertava na administração da *economia* – a produção para o mercado – mas falhava na *oikonomia* – na administração doméstica<sup>8</sup>. Neste sentido, podemos caracterizar a *oikonomia* de uma *plantation* bem sucedida: os inspetores dependiam da colaboração dos feitores que deveriam ter o respeito de sua turma de escravos; a maioria dos feitores era de cativos ou libertos que conheciam o mundo da senzala; havia também toda uma hierarquia no plantel da qual dependia a administração do estabelecimento (cf. BLACKBURN, 1997, pp. 411-414). Ora, os soldados europeus enviados para feitores dificilmente teriam o conhecimento e o tato necessários para regular uma Feitoria escravista. Também deveriam entender pouco da pecuária ou dos cultivos da terra - algodão, mandioca, milho e feijão –, próprios ao *rendimento interno* da RFC. Assim, ficava esta parte da Feitoria dependente dos esforços dos escravos.

Esta total inexperiência dos feitores contrasta com a experiência dos escravos trazidos para trabalhar na RFC. Alencastro (2000) considera a *dessocialização* do elemento servil

---

<sup>7</sup> ID.

<sup>8</sup> Utilizamos a palavra grega *oikonomia* no sentido de administração doméstica. Para os gregos antigos não existia uma *economia* com seu significado moderno que começará a tomar forma no final do século XVIII e se consolidará na obra de Ricardo *Principles of Political Economy and Taxation* (1817). (cf. FINLEY, 1986, pp. 19-24 e LANGE, 1981, pp. 49-55).

processada pelo tráfico como um dado fundamental na constituição do escravismo<sup>9</sup>; ou seja, o escravo deveria ser arrancado de sua comunidade original, dessocializado, para então ser ressocializado em um mundo totalmente novo, a *plantation*. Se sobrevivesse à sua passagem pela forma mercadoria, ultrapassando o período de adaptação, poderia, receber um pedaço de terra, fazer novas amizades, enfim, constituir uma vida comunitária (cf. BLACKBURN, 1997, p. 346). Pois bem, os escravos da RFC pertenciam à Real Fazenda de Santa Cruz, estabelecimento adquirido ao patrimônio régio pela expulsão dos jesuítas em 1759. Os inacianos, ainda que premidos pelo mercado, buscavam exercer uma “economia cristã”, incentivando os casamentos e permitindo posses particulares aos seus cativos; daí a garantia de certa estabilidade e de uma vida comunitária<sup>10</sup>. É possível presumir, que quando de sua passagem à Coroa, a situação dos escravos tenha melhorado ainda mais: é provável que a desorganização que se seguiu à expulsão dos jesuítas tenha aumentado sua autonomia; tornados propriedade real, ficava praticamente vedada a sua negociação, escapando-se das incertezas do trato escravista<sup>11</sup>.

Assim, podemos resumir as forças para o potencial conflito de classes da seguinte maneira: de um lado temos os feitores, apoiados pelo Estado e pelo aparato repressivo da sociedade escravista, mas com pouco conhecimento das coisas da terra. No pólo oposto temos os escravos, crioulos, com uma forte vida comunitária, com um profundo conhecimento do

---

<sup>9</sup> “Dado fundamental do sistema escravista, a dessocialização, processo em que o indivíduo é capturado e apartado de sua comunidade nativa, se completa com a despersonalização, na qual o cativo é convertido em mercadoria na seqüência da reificação, da coisificação, levada a efeito nas sociedades escravistas. Ambos os processos transformam o escravo em fator de produção polivalente, e apresentam-se como uma das constantes dos sistemas escravistas estudados por historiadores e antropólogos.” (ALENCASTRO, 2000, p. 144).

<sup>10</sup> Para se ter uma idéia da importância da Fazenda Real de Santa Cruz, em 1791 foi inventariado um plantel de 1.347 escravos. (GRAHAM, 1979, p. 42).

<sup>11</sup> Por outro lado, ficava mais difícil a alforria, ainda que a documentação registre alguns casos.

viver em colônias, com a experiência de lidar com as autoridades lusitanas, juridicamente cativos, contudo, cativos d'El Rei.

Durante os primeiros anos foi-se produzindo o cânhamo de forma intermitente, ao mesmo tempo em que crescia a produção de couros da estância e dos cultivos do *rendimento interno*. Em janeiro de 1786 contavam-se 50 alqueires de semente do linho e 3¼ alqueires de linho “donzela” colhidos para a preparação das sementeiras, havia ainda 1.240 cabeças de gado vacuum na estância<sup>12</sup>.

Em janeiro de 1788 foi nomeado um novo Inspetor para a RFC, Antonio Jose Machado Moraes Sarmento. Até aquele momento haviam sido remetidas ao Rio de Janeiro 333@ e 10 libras de cânhamo e beneficiados em estopa 26@ e 6 libras<sup>13</sup>. Por um cálculo grosseiro, a produção parece ser muito pequena: dividindo as 333@ por três anos - pois as remessas só começaram em 1785 devido ao tempo necessário à instalação da Feitoria - temos um rendimento anual de 111@; fazendo nova divisão pelos escravos em idade de trabalho em 1785 (54), temos uma produção anual de 2,1@ por escravo. A título de comparação, podemos citar os números de Gayoso que calculava uma produção de 400@ de algodão em caroço por escravo no Maranhão do final do século XVIII. (c.f. GORENDER, 1980, p. 97).

Em resposta a tão fraco rendimento, o novo Inspetor resolveu transferir o estabelecimento para o Faxinal do Courita, perto de Porto Alegre. Também recebeu o aporte de mais 41 escravos, confiscados aos contrabandistas.<sup>14</sup> Novas diligências para o transporte e instalação do estabelecimento foram feitas e, nos anos de 1788 e 1789, foram enviadas 329@

---

<sup>12</sup> AHRS, RFC, M-único, Inspetor Correspondência Ativa, 23/01/1786.

<sup>13</sup> AHRS, RFC, M-único, Antonio José Machado Moraes Sarmento, 15/09/1797.

<sup>14</sup> AHRS, RFC, M-único, transcrição de documento do Arquivo Nacional doada por Victor Cabral, 09/10/1788, Joaquim José Ribeiro da Costa.

e 16 libras para o Rio de Janeiro<sup>15</sup>. Note-se que, pelos mesmos cálculos, em termos brutos o rendimento aumentou para 164,5@ anuais, mas caiu em termos relativos para 1,4@ de cânhamo por escravo. Mas desta vez aumentou o número de cânhamo beneficiado não incluído no cálculo: 56@ e 4 libras de estopa e 30@ de fino em rama<sup>16</sup>.

No lado da *oikonomia* da RFC a situação era assim resumida pelo seu administrador:

[...] até os mesmos escravos depois que foram vendo o estabelecimento como encaminhado a um abandono e sem respeito (o que logo motivou a primeira demonstração na retirada do Destacamento), sem fardamento no seu correspondente tempo como era costume e em cujo se tinham criado, se foram pondo em uma forma até de desobediência [...].<sup>17</sup>

As indecisões administrativas, as *desobediências* e o não cumprimento dos *costumes* pelo Inspetor permitiam que os escravos fossem impondo sua própria “administração”. O significado desta “administração” era que os cativos “[...] *vivem atualmente empregados, cansando-se mais no aumento de suas roças do que na cultura do cânhamo* [...]”<sup>18</sup> e com o

---

<sup>15</sup> AHRs, RFC, M-único, Antonio José Machado Moraes Sarmiento, 15/09/1797. Luiz de Vasconcellos, todavia, dizia que foram remetidas 467@ e 16 libras no ano de 1789 (VASCONCELLOS, In: RIGHB, 23, 1860, p. 221).

<sup>16</sup> Luiz de Vasconcellos, em seu relatório dirigido ao seu sucessor, o Conde de Resende, sugeria a reforma da Feitoria com o envio de um engenho para o beneficiamento da planta que, até então, “[...] *se tem feito à força de braço* [...]”. Planejava também envolver os lavradores da região no negócio do cânhamo comprando “[...] *as plantações para ao depois passar [1] para o engenho, aonde se fizesse o mais trabalho, [como?] na América se pratica com os lavradores de açúcar, que percebem um proporcionado lucro, não deixariam de tirar também muitas vantagens, principalmente neste princípio em que são precisas à Feitoria outras forças [mais?] consideráveis e maior número de escravos ou trabalhadores para poder chegar ao estado de conhecido aumento.*” (VASCONCELLOS In: RIGHB 23, 1860, p. 223). O projeto se modelava pelos engenhos de açúcar brasileiros que, tradicionalmente, organizavam-se desta maneira.

<sup>17</sup> AHRs, RFC, M-único, Relatório do Inspetor, Antonio José Machado Moraes Sarmiento, 20/02/1798.

<sup>18</sup> AHRs, RFC, M-único, Causas da Decadência, Anônimo,[Pe. Antônio Gonçalves Cruz?], s/d [final do século XVIII].



produto de suas lavouras faziam “[...] negociações [...]” chegando ao ponto de obterem a permissão “[...] com ampla liberdade, a compra e conservação de cavalos próprios [...]”<sup>19</sup>.

Ademais, Porto Alegre ficava a pouco mais de 30 km da Feitoria; era a capital do Rio Grande, local onde estava o palácio do governador e toda a sua “Corte”, à maneira dos núcleos políticos importantes do Antigo Regime. O tempo morto do trabalho, as quebras nos ritmos de produção e o sub-aproveitamento da mão-de-obra, permitiam aos Inspetores emprestar e alugar trabalhadores, às vezes sub-repticiamente, que passavam a freqüentar com certa liberdade a mui incipiente sociedade urbana porto-alegrense; o mesmo ocorria com os que aproveitavam os sábados e domingos para vender na cidade o produto de sua roça. Aos poucos iam construindo em torno deles uma rede de interesses privados: governadores, letrados, artesãos, comerciantes da capital, todos interessados em subtrair os escravos da *plantation*<sup>20</sup>.

Os escravos estimulavam este tipo de vínculo, assim escapavam do trabalho mais duro da Feitoria para vender suas plantações e exercer trabalho doméstico ou urbano que lhes permitia uma maior liberdade. Com estas práticas também ganhavam o apoio de homens poderosos da “Corte” porto-alegrense em seus conflitos com os administradores da RFC.

No já citado relatório de 1798, o Inspetor Antonio José queixava-se deste tipo de intervenção na sua administração, com conseqüências funestas à disciplina da *plantation*:

[...] o referido Brigadeiro Raphael Pinto Bandeira [...] espalhando ao mesmo tempo a terrível semente de falta de subordinação, ordenando-me que só em Porto Alegre deviam ser castigados os escravos, e não naquele lugar [na

---

<sup>19</sup> AHRS, RFC, M-único, Relatório do Inspetor, Antonio José Machado Moraes Sarmiento, 20/02/1798.

<sup>20</sup> De acordo com uma relação de 1814 alguns negros da Feitoria estavam a serviço do Palácio do governador, de deputados da Junta da Real Fazenda, de particulares e “[...] na casa do letrado Henrique da Silva Lourenço em Porto Alegre [...]” (AHRS, RFC, M-único, 14/12/1814, Joaquim Maria da Costa Ferreira).

RFC] proibição esta que nunca houve em fazendas [...] principal e mais [precisamente?] nesta de S.M. em que já era costume inveterado nos escravos dela as desobediências e faltas do devido respeito [...]. [é] impossível fazerem-se nelas os progressos de avultados e úteis serviços [...] faltando a subordinação, respeito e terror ao grande corpo de escravos [...]<sup>21</sup>

Raphael Pinto Bandeira, que então ocupava o cargo interino de governador do Rio Grande, havia proibido os castigos aos escravos Reais. Retirava, portanto, os principais estímulos ao trabalho metódico, *subordinação, respeito e terror*; por consequência, espalhou *a semente de falta de subordinação*.

No início de 1801 um novo Inspetor foi nomeado para a Feitoria, o Pe. Antonio Gonçalves Cruz, antigo capelão do mesmo estabelecimento. Uma Memória anônima e sem data - mas que parece ser da autoria do mesmo Antonio Gonçalves datando do final do século XVIII<sup>22</sup> - e a minuta de nomeação do inspetor - preparada pelo governador - <sup>23</sup>, prometiam grandes mudanças no trato com os escravos.

Antes de mais, nada era necessário resolver o problema da “[...] *criminosa distribuição dos trabalhos e fainas dos escravos ocupados não na produção e cultura do linho cânhamo [...] mas em extraordinárias roças e outros serviços lucrativos [...]*”<sup>24</sup>. O que não significava o fim da “retaguarda natural” da Feitoria, mas sim “*Proibir aos escravos o cotidiano tráfico de suas roças e com mais especialidade o que praticam no domingo e dias santos [...]*”, em troca deveria se regularizar o sábado como dia de “feira”, para assim obter o dinheiro para a compra de roupas e não “[...] *ajuntar somas para aumentar o luxo e nutrir*

---

<sup>21</sup> AHRS, RFC, M-único, Relatório do Inspetor, Antonio José Machado Moraes Sarmiento, 20/02/1798.

<sup>22</sup> AHRS, RFC, M-único, Causas da Decadência, Anônimo,[Pe. Antônio Gonçalves Cruz?], s/d [final do século XVIII].

<sup>23</sup> AHRS, RFC, M-único, Minuta de nomeação, 16/04/1801.

<sup>24</sup> AHRS, RFC, M-único, Minuta de nomeação, 16/04/1801.

vícios [...]”<sup>25</sup>. Também era preciso “[...] desterrar de entre eles a ociosidade e o comércio com os forasteiros e libertinos, aos quais absolutamente se deve negar a entrada neste estabelecimento [...]”<sup>26</sup>. Por último, os escravos que estavam dispersos servindo em outras casas seriam recolhidos<sup>27</sup>.

No ano em que o Pe. Cruz assumiu a Feitoria, a distribuição da mão-de-obra escrava era a seguinte:

**Tabela I**<sup>28</sup>

Oficiais	21	8,8%
economia natural	45	18,8%
cultura e benefício do cânhamo	84	35,0%
Inválidos	79	32,9%
Doentes	4	1,7%
Em galés	3	1,3%
sota-feitores	4	1,7%
Total	240 <sup>29</sup>	100%

Na categoria de oficiais estão incluídos ferreiros, carpinteiros, alfaiates, oleiros e aprendizes. Consideramos trabalhadores da “economia natural” os campeiros, os empregados nos cultivos de sustento, os empregados na fazenda, as costureiras e as cozinheiras. Na cultura e beneficiamento do cânhamo estão contabilizados os empregados no cultivo do linho, as fiadeiras e as tecedeiras. Temos ainda os sota-feitores - feitores subordinados -, os doentes, os

---

<sup>25</sup> AHRS, RFC, M-único, Causas da Decadência, Anônimo,[Pe. Antônio Gonçalves Cruz?], s/d [final do século XVIII]. É claro que os escravos não se agradariam de tal medida, uma vez que, no domingo, dezenas de famílias vinham do interior para a Vila de Porto Alegre para assistir missa e fazer negócios.

<sup>26</sup> AHRS, RFC, M-único, Minuta de nomeação, 16/04/1801.

<sup>27</sup> AHRS, RFC, M-único, Causas da Decadência, Anônimo,[Pe. Antônio Gonçalves Cruz?], s/d [final do século XVIII].

<sup>28</sup> BENTO, 1976, p. 100.

<sup>29</sup> O nosso total não fecha com o total da fonte que erra ao somar as parciais dos escravos entre 60 e 100 anos, diminuindo para 238 o total.

presos em galés e os inválidos, na maioria crianças de até dez anos. Podemos dividir, portanto, a mão-de-obra da RFC em mais ou menos três partes: 1/3 no cultivo principal, 1/3 na “retaguarda natural” e 1/3 impossibilitado de trabalhar. Naturalmente que esta divisão deveria variar de acordo com as temporadas e ritmos do trabalho.

Compreendida a divisão principal da Feitoria, vamos esmiuçar estes números:

**Tabela II**

Inválidos	79	32,9%
Doentes	4	1,7%
Ferreiros	4	1,7%
Carpinteiros	5	2,1%
Aprendizes	4	1,7%
Alfaiates	1	0,4%
Oleiros	7	2,9%
Campeiros	17	7,1%
sota feitores	4	1,7%
empregados na fazenda	5	2,1%
idem no cultivo de sustento	15	6,3%
idem na cultura do linho	36	15,0%
em galés	3	1,3%
Fiadeiras	42	17,5%
Tecedeiras	6	2,5%
Costureiras	5	2,1%
Cozinheiras	3	1,3%

No terço do cultivo principal estavam os 36 empregados na cultura do linho. Como este deveria ser o trabalho mais duro, os quatro sota-feitores seriam encarregados de turmas de 10 escravos cada (que se completariam com a inclusão nesta categoria dos quatro doentes). O trabalho de fiação do cânhamo era feito pelas mulheres (42); existiam ainda 6 tecedeiras. O pequeno número de feitores (1) e de sota-feitores (4) sugere que o benefício não era muito controlado ou que era feito em temporada distinta do plantio.

Na “retaguarda natural” temos 15 empregados no cultivo de sustento, número que sugere turmas de cinco escravos. Havia cinco trabalhadores na fazenda como mão-de-obra fixa e 17 campeiros; pelo número de escravos campeiros podemos concluir que eles eram utilizados na estância da Feitoria nos momentos de aperto na mão-de-obra – rodeio, marcação etc.-, no resto do tempo deveriam ser alugados ou trabalhavam nas cavalhadas reais. Já o número de oficiais nos leva a crer que eles trabalhavam para a olaria da Feitoria (oleiros), na manufatura das roupas dos escravos (alfaiate) e no concerto das ferramentas e habitações (carpinteiros e ferreiros). Para a estância havia um capataz<sup>30</sup>, mas não existe nenhuma referência a elementos encarregados de vigiar os trabalhadores dos cultivos de sustento ou os oficiais; provavelmente manteve-se a administração da “retaguarda natural” nas mãos dos escravos.

Por estes números podemos imaginar que o novo Inspetor começara com suas reformas, reunindo os escravos, engajando-os em turmas de trabalhadores e dividindo proporcionalmente o plantel; em suma, tratava-se de submeter a escravaria ao regime de *plantation*. Contudo, dois anos depois, começaram a surgir uma série de problemas com os escravos:

[...] os escravos da Fazenda depois que foram apresentar a V. Exa. o seu Requerimento e se recolheram apadrinhados tem ficado tão revoltosos (principalmente cinco dos cabeças) que não há dia algum que não façam movimentos a ver o que se segue.

Pelo fragmento desprende-se que alguns escravos haviam fugido da Fazenda para fazer um requerimento ao governador contra o Inspetor. Depois disto, apadrinhados por homens brancos, possivelmente influentes na sociedade porto-alegrense, retornaram à

---

<sup>30</sup> AHRS, RFC, M-único, 18/06/1799, Antonio José Machado Moraes Sarmiento.

Feitoria. Suas lideranças estavam “*revoltosas*” e todos os dias faziam “*movimentos*”. Segue a carta:

Eu estou com tal desgosto que há três noites que não durmo com motim, bailes e fandangos, coisa que nunca usavam, do dia domingo em diante que daqui desapareceu o Escravo Manoel José que ontem me avisou um sujeito que se achava nesse Porto e que todas as noites ia ao palácio, aonde, me segurava, já tinha patrono e que tinha por maliciado novo requerimento.

Confiantes da vitória no conflito com o seu Inspetor, os cativos faziam motins, bailes e fandangos para aterrorizá-lo. Um deles, Manoel José, fugira para Porto Alegre para “mexer os pauzinhos”, já obtendo *patrono* que defendesse a sua causa no palácio do governador<sup>31</sup>. O Pe. Cruz continuava a sua queixa:

Eu ainda que queira subjugar os cabeças e dar-lhes um castigo, tenho pouca gente e temo o levante, o melhor seria o que cuja [1] a S. Exa. retenha em prisão o que lá for com requerimentos orgulhosos e cheios de escândalo e descrédito, como o outro, e depois de conhecida a verdade e qualidade da representação, quem merecer castigo sofrê-lo [...]<sup>32</sup>

Os escravos estavam conseguindo intimidar o Inspetor com a ameaça de um levante e com os seus requerimentos. Talvez desejassem forçar sua demissão ou o fim das reformas na administração do estabelecimento, daí os “*movimentos*”, os “*requerimentos orgulhosos*” e os “*motins*”. Vale ressaltar que atuavam tanto no campo legal - com a formulação de requerimentos - como fora dele - com pressões e intimidações -, mas sem chegar à violência explícita.

---

<sup>31</sup> Parece que Manoel José tinha amigos entre pessoas influentes na administração colonial. Em 1814 estava trabalhando na fazenda Carvão em Porto Alegre, possivelmente um estabelecimento Real. (AHRS, RFC, M-único, 14/12/1814, Joaquim Maria da Costa Ferreira.).

<sup>32</sup> AHRS, RFC, M-único, 05/05/1803, Pe. Antonio Gonçalves Cruz.

No entanto, as queixas do Inspetor ao governador deram resultado. Três dias depois, o Pe. Cruz voltou a escrever agradecendo a prisão do preto Manoel José<sup>33</sup>. O Inspetor mantinha-se determinado a reduzir a escravaria ao regime de *plantation* pela força, porque “[...] só assim é que se pode ir subjugando o orgulho e falta de subordinação que há entre eles [...]”; pedia ainda que Manoel José fosse mantido em prisão até “[...] eu sair e então ver o meio de [...] de levar algum castigo moderado para exemplo dos mais [que] ansiosamente esperavam pela sua vinda [sic] [...]”<sup>34</sup>.

A punição de Manoel José não trouxe sossego ao estabelecimento. Dois meses depois voltava o Inspetor a escrever que, desejando punir com 50 açoites por dia um dos negros que desobedecera ao capataz da estância da Feitoria, “[...] achou-se tal repugnância nos seus companheiros para o açoitarem [...] que foi preciso proceder o castigo em algum para assim o executarem [...]”. Com os açoites na RFC novamente permitidos; o Pe. Cruz tentou implementar uma prática muito comum no Brasil colonial – o uso dos próprios escravos na punição de seus companheiros -, o que causou repugnância e uma resistência passiva que levou à punição dos recalcitrantes. Não foi só isto: enquanto procedia-se o castigo, “[...] nunca deixou o tal paciente de ameaçar ao tal soldado capataz [...]”; a política de “tolerância zero” do Inspetor causou tamanha revolta que “[...] dois dos cabeças romperam por desobedientes [...]”, causando um estado de “[...] rebeldia [...]”<sup>35</sup>.

No espaço que vai de 1803 até 1814 não existe nenhuma informação nova sobre a relação entre o Inspetor da RFC e a escravaria. Contudo, em 14 de dezembro de 1814,

---

<sup>33</sup> O governador, Paulo José da Silva Gama, estava há pouco mais de um ano no cargo e talvez não estivesse ainda enredado nas “intrigas” dos escravos da Feitoria.

<sup>34</sup> AHRS, RFC, M-único, 08/05/1803. Pe. Antonio Gonçalves Cruz.

<sup>35</sup> AHRS, RFC, M-único, 29/07/1803, Pe. Antonio Gonçalves Cruz.

Joaquim Maria da Costa Ferreira relata a morte do Pe. Cruz ao governador militar, o Marquês de Alegrete. Na carta não fica clara a causa da morte, mas a necessidade de chamar o Dr. Juiz de Fora para proceder corpo de delito e a ausência de alguns bens do padre, apontam para um homicídio. Igualmente não dá indícios dos autores do crime; a partir daqui é lícito aceitar os preconceitos da sociedade colonial e desconfiar dos escravos. Não é difícil imaginar onze anos de escaramuças entre o Inspetor e a escravaria, nos quais foram se esgotando as opções de conflito político ou de negociação, o assassinato viria como última opção<sup>36</sup>.

Nos anos que se seguiram à chegada da Família Real ao Brasil, as Guerras da Cisplatina e o desenvolvimento da pecuária comercial no Rio Grande priorizaram os esforços administrativos dos governadores. Restam-nos poucos documentos sobre o período final da RFC. Em 1822, sob a influência das revoltas liberais das Cortes portuguesa, surgiu um novo projeto para o estabelecimento, de autoria do Inspetor José Thomaz de Lima. Sua proposta era de repovoar a estância da Feitoria, fortalecer os cultivos para os mercados locais e, até mesmo, abandonar o linho cânhamo por outras culturas como o algodão. Significaria, enfim, o abandono definitivo a qualquer pretensão ao modelo de *plantation* pela típica fazenda de agropecuária comercial. Outrossim, seria a vitória definitiva dos escravos sobre esta pretensão.

Aliás, neste mesmo ano, os escravos fizeram uma nova demonstração de força às autoridades. De acordo com o relato do Inspetor, todas as noites os escravos iam roubar gado da Feitoria. Este, querendo dar fim aos roubos “[...] mandei a noite passada alguns soldados

---

<sup>36</sup> Tal hipótese poderá ser comprovada com a investigação documental no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, buscando-se o Auto de Corpo de Delito e a Devassa sobre o sucedido.



*do Destacamento prender aqueles que eu tinha certeza eram os principais roubadores [...]”.*

Contudo:

[...] não se entregaram eles à prisão e entrando em suas senzalas saíram armados e assim atacaram aos soldados que se retiraram ao Quartel. Tendo eu parte disto, ajuntei todo o Destacamento e fui com ele diligenciar a prisão dos levantados, que vendo a nossa resolução e estando o partido mais engrossado, e até instigado pelas mulheres que gritavam que nos matassem, saíram ao nosso encontro armados e dirigindo-me ameaças e injúrias, nos atacaram fortemente, levando eu uma bordoadada em um braço e um camaradas muitas de que está em perigo. Conhecendo a desproporção e vendo que se ia tornando mais sério o caso, retirei-me com o Destacamento.

Para reprimir os “[...] *pretos levantados* [...]” pedia reforços de soldados de linha porque os soldados do destacamento estavam “[...] *atemorizados* [...]”. Relatava ainda que os animais roubados eram “[...] *prontamente* [...]” vendidos<sup>37</sup>.

Vários pontos merecem ser destacados desta narrativa: em primeiro lugar, o fato dos escravos saírem de suas senzalas “*armados*”, mostra que eles mesmos guardavam suas ferramentas o que explicita sua autonomia na produção. Em segundo lugar, a tentativa de prisão de alguns deles provocou a reação de todos, inclusive as mulheres, engrossando o “*partido*” dos revoltosos, mostrando sua solidariedade comunitária. Por último, o terror provocado nos soldados colocou os escravos em uma situação de força; mesmo sendo duramente castigados, como assim foram com o apoio das tropas de linha<sup>38</sup>, o Inspetor pensaria duas vezes antes enfrentar a escravaria.

Em todo o caso, a Feitoria não fazia parte dos projetos econômicos da jovem nação brasileira. No momento em que caíram os últimos laços coloniais passou-se a discutir a sua liquidação que foi levada a efeito em 1824. No lugar em que habitaram os negros d’El Rei foi

---

<sup>37</sup> AHRS, RFC, M-único, 02/08/1822, José Thomaz de Lima.

formada uma colônia de alemães. Os escravos foram enviados ao Rio de Janeiro, possivelmente de volta à Fazenda de Santa Cruz. Não temos dúvida em dizer que o projeto de instalação de uma *plantation* no extremo-sul foi um fracasso. Seu último Inspetor, José Thomaz de Lima, ainda tentou persuadir a Junta Governativa que o estabelecimento era lucrativo, não conseguiu convencer ninguém.

Cabe, discutir ainda o papel das famílias escravas na reprodução da RFC, mesmo que tenhamos poucas informações neste sentido. Como já dissemos, os cativos feitorizados vinham do Rio de Janeiro, de uma fazenda que pertencera aos jesuítas. População de origem crioula, casava e guardava sobrenomes com o beneplácito dos administradores que viam nestas práticas uma forma de disciplinar a escravaria e fortalecer o seu vínculo com a fazenda.

Assim, em 1788, no momento da transferência da RFC para os arredores de Porto Alegre, havia 18 casais com 15 sobrenomes diferentes, mais três casais que ficaram em Canguçu para as últimas diligências da mudança, totalizando ao todo 21 casais. Destes 15 sobrenomes, seis não constam no inventário de 1824 – Lima, Teixeira, Ancheta, Gomes, Santiago. A explicação para estes “desaparecidos” pode variar: temos nomes similares em 1824 que não constam na lista de 1788: Lima-Lemos, Teixeira-Siqueira; o que pode significar erros dos escrivões coevos ou recentes. Algumas destas famílias podem não ter constituído linhagem até 1824 e outras podem ter sido transferidas.

Mais difícil é explicar o grande número de novas linhagens no ano de 1824; ao todo, são 32,<sup>39</sup> Em 1788 transferiram-se também 53 escravos boçais do confisco, 12 homens e 39 mulheres. É provável que estes escravos tenham recebido sobrenomes dados pela comunidade

---

<sup>38</sup> Os cabeças do levante foram punidos com 400 açoites (AHRS, RFC, M-único, 12/08/1822, José Thomaz de Lima.

escrava: daí famílias “da terra” com sobrenomes pitorescos como Usá<sup>40</sup>, Novo e Fera. Mesmo assim - se estivermos tratando de patrilinearidade como parece ser o caso – explicam-se apenas 12 novos sobrenomes<sup>41</sup>. Os outros 20 nomes podem indicar que a Feitoria continuou a receber novos escravos régios. Teríamos nesta situação, Manoel Cassique, solteiro e com 20 anos em 1824; o primeiro registro que temos dele é de 1814, então com dez anos, trabalhando para a Marinha em Porto Alegre. Provavelmente foi um dos “bugres”, índios Kaigangue, aprisionados nas expedições punitivas iniciadas por volta de 1810<sup>42</sup>. O sobrenome “Cassique” tem conotação de chacota: título grandioso a um pequeno índio.

Podemos calcular ainda as médias de crescimento do plantel; sempre ressaltando os indícios apresentados que parte do crescimento foi por adição de novas peças. Vejamos a seguinte tabela:

---

<sup>39</sup> Em 1824, são 47 famílias, cinco sem sobrenomes.

<sup>40</sup> Talvez derivado do brasileirismo uça/aça, pessoa albina ou mulato esbranquiçado.

<sup>41</sup> Acreditamos que foram os escravos antigos que nomearam os do confisco real porque dos últimos constam apenas os nomes próprios e a sua nação em 1788, além da referência a outros três que não haviam sido batizados. Schwartz, tratando das relações de compadrio entre escravos, escreve o seguinte: “*Está claro que, na integração à igreja e ao mundo secular dessa sociedade escrava, outros escravos assumiam ou recebiam um papel importante na integração dos africanos recém-chegados.*” (SCHWARTZ, 2001, p. 289).

<sup>42</sup> Sobre estas expedições punitivas, ver uma série de relatos no fundo Autoridades Militares do AHRM no ano de 1810. Ver especialmente: AHRM, A.M., M-16, 27/11/1810, João Machado Silveira a Patrício José Correa da Câmara.

**Tabela III<sup>43</sup>**

Ano	1783	1788	1801	1824
escravos da feitoria	46	135(82) <sup>44</sup>	240	328
Taxas de crescimento		43,9%	43,8%	26,8%
crescimento anual médio		8,8%	3,4%	1,2%

Nos cinco anos que se seguiram à instalação da Feitoria a população escrava cresceu 43,9%,(46 para 82, ver nota 43), média de 8,8%. Este crescimento importante nos três primeiros anos explica-se pelos casais de escravos recém chegados em 1783 serem muito jovens e com poucos filhos. O segundo período ainda apresenta um crescimento anual considerável (3,4%), talvez inflado por aquisições ao plantel, as famílias envelhecem; trata-se da segunda geração de escravos. Os últimos anos (1824) assistiram à estabilização da escravaria; é a terceira geração, que, mesmo passando por uma epidemia de varíola, cresceu 1,2% ao ano. Em termos comparativos podemos citar a estimativa de Schwartz que considera que o decréscimo anual da população escrava baiana, enquanto durou o tráfico, girava entre 1,5 e 3% (SCHWARTZ, 2001, p. 92); já Blackburn cita uma redução de 2% na Jamaica e entre 5 e 6% em São Domingos no final do século XVIII (BLACKBURN, 1997, p. 424 e 441).

Os números apresentados para RFC assemelham-se mais com os de populações camponesas pré-industriais do que de escravos. Como se sabe, o regime demográfico da *plantation* era negativo - ainda que as colônias inglesas da América do Norte apresentem-se

---

<sup>43</sup> Dados de 1783: AHRs, RFC, M-único, Inspetor, Correspondência Ativa, 23/01/1783, Francisco Xavier da Silva Pegado. Dados de 1788: AHRs, RFC, M-único, transcrição de documento do Arquivo Nacional doada por Victor Cabral, 09/10/1788, Joaquim José Ribeiro da Costa. Números de 1824: AHRs, RFC, M-único, diversas relações de escravos enviados ao Rio de Janeiro, 1824-1825. Existe um outro inventário para 1824 com a lista das famílias que utilizamos mais acima que dá um número total de 295 escravos para 1824 (cf.BENTO, 1976, pp. 101-106).

<sup>44</sup> O número total (135) inclui os escravos do confisco (53), mas as taxas de crescimento foram calculadas exclusivamente pelas famílias de escravos oriundas da Fazenda de Santa Cruz (82 em 1788). Já as taxas de 1801 basearam-se no total de 1788 (135).

como exceção. A presença do tráfico de escravos, em certas conjunturas, permitia aos senhores acelerar a “rotação do capital”, diminuindo a vida útil dos escravos, mas garantindo a sua reposição em menor tempo; tal operação gerava uma tendência ao decréscimo absoluto da mão-de-obra e a necessidade de recurso externo para a reposição e aumento dos trabalhadores (cf. GORENDER, 1980, pp. 320-324). Contudo, tratando com escravos d’El Rei que resistiam à disciplina da *plantation* ficava praticamente impossível lançar mão deste mecanismo. Assim, com a exceção de alguns poucos escravos acrescentados à dotação por outros meios (confiscos do contrabando e capturas de índios “brabos”), a reprodução da força de trabalho da Feitoria estava nas mãos das famílias cativas e totalmente fora do mercado.

### ***Conclusão***

Passando em revista os mais de quarenta anos de experiências na administração e trato com os escravos da RFC, é possível constatar o total fracasso dos projetos Reais de desenvolver a cultura do linho cânhamo no Rio Grande. Poderíamos, como já fizeram outros autores, sugerir uma série de causas para este fracasso: solos impróprios, inexperiência no cultivo, falhas na administração, apropriação indébita de bens “públicos”, etc. Contudo, foi a luta dos escravos que, por assim dizer, deu conteúdo a todas estas causas arroladas; os cativos souberam usar-se de todos estes problemas para inviabilizar o regime de *plantation*.

Com a experiência de gerações na colônia, a escravaria da RFC conhecia o regime de escravidão, o Estado e a sociedade coloniais, assim como suas falhas. O *status* de escravos d’El Rei junto a uma longa tradição de se organizar em famílias estáveis permitiu o desenvolvimento de uma forte vida comunitária. Neste sentido, a “retaguarda natural” que, como vimos, servia à reprodução e fortalecimento do regime escravista, transformou-se na base econômica pela qual os escravos resistiram à *plantation*: com os cultivos de subsistência

podiam comprar a cumplicidade de pessoas influentes na sociedade porto-alegrense e impor sua própria “administração”.

Vimos também que a luta dos escravos não foi apenas “econômica”, ou seja, não girou apenas em torno dos conflitos imediatos pelo mais-trabalho e pelos excedentes produzidos. A documentação sugere que houve uma luta “política” mas que esta não era contra o sistema escravista como anacronicamente poderíamos desejar; assim, podemos concluir, quase em tom de hipótese, de que a luta dos escravos era pelo reconhecimento de um *status* mais elevado, de cativos d’El Rei; sua “consciência de classe” era, por assim dizer, “vertical”<sup>45</sup>. Os requerimentos dos escravos, que talvez ainda descansam no ineditismo dos arquivos, poderão nos ajudar a aprofundar este ponto.

Em todo o caso, é importante realçar, que a RFC estava longe de ser uma empresa escravista típica, especialmente pela reprodução de sua mão-de-obra ser independente do tráfico escravista. Portanto, se generalizarmos a partir de nosso estudo, pode-se dizer que o ritmo de *plantation* se inviabilizaria com o desaparecimento do mercado de escravos<sup>46</sup>; por este raciocínio fica insustentável a posição daqueles que, como Gorender (1980) e Cardoso (1987), preferem situar a dinâmica do escravismo na produção. É claro que generalizações deste tipo só podem ser feitas em nível de hipótese; daí a necessidade de comparações futuras com outras empresas *sui generis* e com *plantations* no sentido estrito da palavra.

---

<sup>45</sup> Discutindo as diferentes categorias de trabalho não-livre na antiguidade clássica, Finley escreve que “*Invariavelmente chega-se à conclusão que aquilo a que se chama convencionalmente de ‘lutas de classe’ são conflitos entre grupos em pontos diferentes do espectro [de status e ordens] disputando a distribuição de direitos e privilégios específicos.*” (FINLEY, 1986, p. 91).

<sup>46</sup> O fim do tráfico de escravos, proibido nos EUA em 1807 e no Brasil em 1850, trouxe limitações à reprodução “mercantil” do escravo, mas não a extinguiu. Sobre este ponto é extremamente instigante o ensaio de Genovese - que trata da filosofia escravocrata norte-americana - onde escreve que o resultado lógico da contradição entre uma sociedade escravista com relações paternas e a sua

### ***Bibliografia***

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Colonial. SP: Cia das Letras, 2000.

BENTO, Cláudio M. B. **O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)**. Porto Alegre: Grafosul/IEL, 1976.

BLACKBURN, Robin. **The Making of New World Slavery**. London: Verso, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Queda do Escravismo Colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FINLEY, Moses. **Economia Antiga**. 2ª ed., Porto: Ed. Afrontamento, 1986.

GENOVESE, Eugene. **O Mundo dos Senhores de Escravo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Escravismo Colonial**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1980.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LANGE, Oskar. Economia Política. In: POMERANZ, Lenina (org.). **Oskar Lange**. (49-76). São Paulo: Ática, 1981.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos Roceiros e Rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

---

dependência do mercado seria a defesa ideológica da abolição do capitalismo. (cf. GENOVESE, pp. 136, 203 e 257).

*Documentos coevos*

ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. Feitoria do Linho Cânhamo. Maço único.

LAVRADIO, Marquês de. Relatório [1779]. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. XVI (409-486), Rio de Janeiro, 1843 .

SOUZA, Luiz de Vasconcelos e. Relatório [1789]. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. XXIII (143-239). Rio de Janeiro, 1860.